



2º SIMULADOS ESPECIAIS

TJ SC

Pós Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Analista Administrativo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/t57pLk1masVDjta89>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/42tFe1q>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a frase em que o termo sublinhado é omitido por elipse na continuidade do texto.

- a) As memórias de amanhã dependem de sua atitude hoje.
- b) A economia só resolve um problema antigo, gerando dois ou mais, novos.
- c) Os meninos fizeram os mesmos desenhos que as meninas.
- d) O tenente partiu em direção à ocorrência, mas, ao chegar, o militar soube que os bandidos haviam escapado.
- e) Meu primo comprou a bicicleta na semana passada e já bateu com ela.

2. Assinale a frase abaixo em que o conectivo sublinhado tem seu valor erradamente indicado.

- a) O estudo evidencia que soluções para ambientes mais saudáveis são necessárias. / finalidade
- b) Estudou tanto que teve uma tremenda dor de cabeça. / consequência
- c) Ao sair, leve um casaco, que poderá fazer frio à noite. / explicação
- d) Aquelas meninas que chegaram atrasadas não poderão entrar no teatro. / restrição
- e) Que trouxesse flores, não lhe perdoaria as mentiras. / concessão

A mentira existe desde o começo da civilização. O uso político da maledicência também não é novidade dos nossos tempos. Na Roma Antiga, por volta de 33 a.C., Otaviano empreendeu uma campanha difamatória contra Marco Antônio, colocando sua lealdade à Roma em dúvida por causa do amor dele por Cleópatra. [...] O que mudou nos últimos anos, depois da explosão das redes sociais, foi a escala e o meio de difusão de mentiras, que

passaram a ser chamadas de fake news (notícias falsas) e desinformação.

Internet: <tre-go.jus.br> (com adaptações).

3. Uma informação que se pode depreender a partir do texto é que

- a) as redes sociais espalham mais rapidamente as notícias falsas.
- b) as fake news podem ser evitadas apenas ao ficar fora da internet.
- c) a desinformação foi criada na Roma Antiga.
- d) Otaviano questionou o amor de Cleópatra à Marco Antônio.
- e) nos últimos anos, a disseminação de mentiras foi arrefecida.

4. A correção faz parte da boa escrita.

Assinale a frase que exemplifica o correto emprego gramatical da língua.

- a) Ao codificar uma ideia o transmissor deveria levar em consideração, o nível de entendimento do receptor.
- b) Infelizmente, não são raros os casos com que se percebe um desequilíbrio entre a intenção e a mensagem.
- c) Destacam-se no âmbito empresarial, o uso de expressões em inglês em lemas publicitários no Brasil.
- d) O esquema, é propício para explicar as etapas da comunicação intercultural.
- e) Pode-se compreender a comunicação como um processo de partilha de significado.

A vida não seria como conhecemos sem as abelhas. Elas são polinizadoras poderosas e fundamentais para o ciclo reprodutivo das plantas. Ao transportar o pólen do órgão masculino para o feminino da flor, garantem a formação de frutos e sementes, e cerca de 75% do que é cultivado pela humanidade se beneficia desse serviço.

Fonte: G1 - adaptado.

5. Segundo o texto, é correto afirmar que

- a) As abelhas não têm relação com a qualidade de produção de frutas.
- b) As abelhas são cruciais para a reprodução das plantas.
- c) As plantas só podem ser polinizadas por abelhas.
- d) 75% da humanidade se beneficia do trabalho das abelhas.
- e) O pólen transportado pelas abelhas é dispensável para a reprodução das plantas.

6. Assinale a frase que exemplifica um tipo de voz passiva.

- a) As comunidades indígenas já se preocupavam com o saneamento básico.
- b) Os indígenas armazenavam a água em jarros de barro.
- c) Delimitavam-se áreas para as necessidades fisiológicas.
- d) A drenagem dos terrenos não era suficiente para garantir a higiene.
- e) Durante a formação das cidades, não havia coleta de esgoto.

O jornal noticiou a instalação de chafarizes em algumas cidades.

7. Na frase acima, o elemento destacado é

- a) agente da passiva
- b) adjunto adverbial
- c) objeto indireto
- d) complemento nominal
- e) adjunto adnominal

8. Assinale a opção em que o trecho revela noção de hipótese.

- a) Cientistas estudam como o cérebro lida com meios digitais.
- b) Existem motivos para preocupação, ainda que não para pessimismo
- c) Precisamos ser capazes de exercer, quando for o caso, a leitura profunda.
- d) Os computadores proporcionaram uma grande variedade de coisas interessantes.
- e) Evidências colhidas sugerem impactos sobre a formação do cérebro.

Níveis mais elevados do PIB estão tipicamente associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.

9. Assinale a opção em que a reescrita do trecho acima mantém o sentido original.

- a) Níveis mais elevados do PIB estão associados tipicamente a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- b) Níveis tipicamente mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- c) Níveis mais tipicamente elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos.
- d) Níveis mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países tipicamente desenvolvidos.
- e) Níveis mais elevados do PIB estão associados a melhores condições de vida nos países desenvolvidos tipicamente.

O ano passou num piscar de olhos. Aliás, tem sido assim desde que a tecnologia e seus artefatos chegaram para tornarem-se peças indispensáveis no nosso cotidiano. A tecnologia acelerou a vida que, como diz a sábia boneca Emília em suas famosas “Memórias da Emília” do nosso imortal Monteiro Lobato, já é, por si só, um pisca-pisca. Segundo ela, que do alto de sua filosofia absolutamente genial narrou suas memórias ao Visconde de Sabugosa: “a gente nasce, isto é, começa a piscar. Quem para de piscar, chegou ao fim, morreu. Piscar é abrir e fechar os olhos – viver é isso. É um dorme-e-acorda, dorme-e-acorda, até que dorme e não acorda mais. É, portanto, um pisca-pisca. (...) A vida das gentes neste mundo, senhor sabugo, é isso. Um rosário de piscadas. Cada piscar é um dia. Pisca e mama; pisca e anda; pisca e brinca; pisca e estuda; pisca e ama; pisca e cria filhos; pisca e geme os reumatismos, por fim, pisca pela última vez e morre”.

(ADAPTAODO. ALVES, Januária Cristina. Mensagem de final de ano aos jovens (des)informados. Jornal Nexa, 2022.)

10. Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmação correta.

- a) O texto deve ser classificado como narrativo, haja vista a presença de personagens, como Emília e Visconde de Sabugosa.
- b) O segmento “A tecnologia acelerou a vida” mostra uma visão positiva dos avanços tecnológicos.
- c) No segmento “pisca e cria filhos” os verbos são intransitivos.
- d) A citação da boneca Emília tem a função de indicar algo que apoia a ideia do texto.
- e) A presença de “isto é”, em ‘a gente nasce, isto é, começa a piscar’ mostra uma oposição de algo anterior.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC

Emerson Bruno

11. Mariana, estudante de Direito da UFSC, resolve discorrer sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça em trabalho acadêmico. Sobre a eleição para os cargos de direção e as funções administrativas do Tribunal de Justiça conclui corretamente que ela será realizada:

- a) Na primeira semana do mês de novembro dos anos pares.
- b) Na primeira semana do mês de dezembro dos anos ímpares.
- c) Na segunda semana do mês de novembro dos anos pares.
- d) Na primeira semana do mês de novembro dos anos ímpares.
- e) Na primeira semana do mês de outubro dos anos ímpares.

12. Natanael, servidor do TJSC, também atua como professor na Academia Judicial. Ao lecionar sobre os cargos de direção afirma corretamente que o Tribunal possui os seguintes cargos de direção.

- a) Presidente, 1o Vice-Presidente e 2o Vice-Presidente.
- b) Presidente, 1o Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça.
- c) Presidente, 1o Vice-Presidente, 2o Vice-Presidente e Corregedor.
- d) Presidente, 1o Vice-Presidente e Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial.
- e) Presidente, 1o Vice-Presidente, 2o Vice-Presidente, 3o Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça.

13. De acordo com o Regimento Interno, os cargos de direção e as funções administrativas do TJSC terão mandato de:

- a) 2 (dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo ou função.
- b) 2 (dois) anos, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- c) 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- d) 3 (três) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo ou função.
- e) 1 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo ou função.

14. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

- a) A readaptação poderá ocasionar diminuição da remuneração se implicar mudança de cargo.
- b) Ao servidor não aprovado em estágio probatório será aplicada a pena de demissão.
- c) É prevista a possibilidade de redução da jornada de trabalho para servidores estudantes, sem prejuízo de sua remuneração, desde que demonstrada a necessidade.
- d) É prevista gratificação de treinamento a ser percebida mediante certificado de aprovação do servidor em curso de qualificação profissional promovido por órgão público.
- e) O período de estágio probatório é suspenso durante o gozo de licença-maternidade.

15. Conforme o Código de Normas da Corregedoria, para atender às necessidades locais, o juiz poderá editar portarias e ordens de serviço. Para edição de tais Normas, deverão ser observados os princípios da:

- a) legalidade, da oportunidade e da necessidade.
- b) legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- c) razoabilidade e da proporcionalidade.
- d) supremacia do interesse público e da finalidade.
- e) da oportunidade, da conveniência e da pessoalidade.

16. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria, deverão ser encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça para análise e validação, por intermédio da Central de Atendimento Eletrônico, as portarias editadas pela Direção do Foro para regram procedimentos relativos a determinadas matérias.

Não se inclui nesta obrigação.

- a) procedimentos relativos à infância e juventude.
- b) procedimentos relativos à execução penal.
- c) procedimentos relativos à violência doméstica.
- d) questões relacionadas às pessoas idosas.
- e) procedimentos relativos ao Direito do Consumidor.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

17. No Município de Santa Aurora, após sucessivas reclamações da população a respeito do descarte de resíduos em vias públicas, a prefeita Laura entendeu que seria necessário adotar providência imediata para conter a prática.

Sem encaminhar projeto de lei à câmara municipal, editou decreto estabelecendo proibição de lançamento de lixo em ruas, praças e calçadas, fixando multa de R\$ 300,00 para os infratores e autorizando a fiscalização municipal a lavrar autos de infração diretamente com fundamento nesse ato. Ao ser autuado, um morador alegou que o decreto extrapolou os limites da atuação do Poder Executivo.

Considerando essa situação hipotética e os contornos do princípio da legalidade, assinale a alternativa **correta**.

- a) O decreto é válido, pois a Administração Pública, quando busca resguardar interesse coletivo relevante, pode inovar na ordem jurídica por meio de ato administrativo, especialmente se a medida possuir finalidade social e caráter geral.
- b) O decreto é inválido, pois a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, criar obrigação, impor vedação ou estabelecer sanção aos administrados, dependendo de lei aprovada pelo Poder Legislativo para tanto.
- c) O decreto é válido, pois o princípio da legalidade administrativa somente impede condutas arbitrárias e abusivas, não alcançando atos normativos abstratos editados pelo chefe do Executivo municipal.
- d) O decreto é inválido apenas quanto ao valor da multa, já que a proibição da conduta poderia ser criada pelo Executivo, ficando a exigência de lei restrita à fixação da penalidade pecuniária.
- e) O decreto é válido, pois atos administrativos normativos expedidos pelo chefe do Executivo possuem a mesma eficácia da lei em sentido formal

quando editados para disciplinar tema de interesse urbano.

18. João, servidor público responsável pela arrecadação de determinadas receitas municipais, passou a agir de forma ilícita na cobrança e no controle de tributos, causando perda patrimonial efetiva e comprovada ao ente público.

Após apuração regular, ficou demonstrado que sua conduta foi dolosa e gerou dano ao erário. No mesmo caso, a empresa Alfa Ltda., da qual João se utilizava para viabilizar parte da conduta, também foi responsabilizada, sendo necessário avaliar os efeitos das sanções sobre a continuidade de suas atividades.

Com base nessa situação hipotética e na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **correta**.

- a) João somente poderia ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário se sua conduta tivesse produzido enriquecimento ilícito próprio, pois a perda patrimonial do ente público, isoladamente, não é suficiente para a incidência do crime na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) A atuação ilícita de João na arrecadação de tributo ou de renda pode caracterizar ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, desde que se trate de ação ou omissão dolosa e que tenha provocado, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres públicos.
- c) Caso João seja condenado por ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário, a perda da função pública atingirá automaticamente todos os vínculos que ele possuir com o poder público, ainda que sejam de qualidade e natureza diferentes daquele existente no momento da infração.
- d) A multa civil aplicável a João deverá permanecer limitada ao valor do dano, sendo vedado ao juiz aumentá-la, ainda que o montante se revele insuficiente para reprovar e prevenir a prática do ato de improbidade em razão da situação econômica do réu.
- e) Na responsabilização da empresa Alfa Ltda., o juiz deverá aplicar as sanções sem considerar seus

efeitos econômicos e sociais, pois a manutenção das atividades da pessoa jurídica não constitui critério relevante na dosimetria das consequências jurídicas do ato de improbidade.

GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Rennó

19. Em determinada organização pública, a chefia de uma unidade administrativa identificou que, embora os servidores não apresentem queixas relevantes quanto à remuneração, às condições físicas de trabalho e ao relacionamento interpessoal, o nível de engajamento permanece baixo. Após análise mais detalhada, constatou-se que as atividades desempenhadas são excessivamente padronizadas, pouco desafiadoras e oferecem reduzidas oportunidades de realização profissional.

À luz da Teoria dos Dois Fatores, de Herzberg, assinale a afirmativa correta.

- a) O quadro descrito revela deficiência nos fatores higiênicos, especialmente salário e ambiente físico de trabalho.
- b) A motivação no trabalho decorre, essencialmente, de fatores externos à atividade desempenhada.
- c) A ausência de fatores motivacionais compromete o aumento da satisfação e do engajamento no trabalho.
- d) A remuneração constitui o principal fator motivacional, razão pela qual sua adequação tende a eliminar a desmotivação.
- e) As relações interpessoais integram o grupo dos fatores motivacionais responsáveis pela satisfação duradoura no trabalho.

20. No modelo desenvolvido por Edgar Schein, a cultura organizacional pode ser analisada em diferentes níveis, que variam desde manifestações mais visíveis e observáveis até elementos mais profundos, implícitos e de difícil identificação. Esses níveis ajudam a compreender por que certos padrões de comportamento se mantêm ao longo do tempo nas organizações.

Segundo esse modelo, o nível mais profundo da cultura organizacional é formado por:

- a) artefatos, que expressam os elementos visíveis da cultura, como símbolos, linguagem e arranjos físicos.
- b) valores compartilhados, que traduzem justificativas conscientes para as práticas adotadas na organização.
- c) ritos organizacionais, que representam práticas simbólicas voltadas à integração dos membros.
- d) normas formais, que definem os comportamentos esperados e os limites de atuação dos indivíduos.
- e) pressupostos básicos, que correspondem a crenças inconscientes tomadas como verdades pelos membros da organização.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Emanuelle Gouveia

21. Assinale a alternativa correta acerca dos conceitos básicos de hardware e software.

- a) O sistema operacional é classificado como componente físico responsável pelo processamento das instruções.
- b) A memória RAM é utilizada exclusivamente para armazenamento permanente de arquivos do usuário.
- c) O processador tem como única função armazenar dados e documentos do sistema.

d) Hardware corresponde aos componentes físicos do computador, enquanto software corresponde aos programas e instruções executados pelo sistema.

e) Dispositivos de entrada, como teclado e mouse, são classificados como softwares utilitários.

22. Assinale a alternativa correta sobre recursos e funcionalidades do sistema operacional Windows 10/11.

- a) O Windows Explorer é utilizado exclusivamente para execução de programas antivírus no sistema.
- b) O Gerenciador de Tarefas permite visualizar processos em execução e monitorar o uso de recursos do sistema.
- c) A Lixeira do Windows realiza remoção definitiva dos arquivos imediatamente após a exclusão.
- d) O Painel de Controle foi totalmente removido das versões Windows 10 e Windows 11.
- e) O recurso Área de Trabalho não permite criação de atalhos para arquivos ou aplicativos.

23. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma funcionalidade do Microsoft Excel.

- a) A função CONT.SE é utilizada exclusivamente para realizar ordenação alfabética de registros.
- b) O recurso Filtro permite apenas ocultar colunas vazias da planilha.
- c) A função SOMA não pode ser utilizada em conjunto com referências de intervalo.
- d) O Excel não permite criação de gráficos a partir de dados organizados em tabelas.
- e) O recurso Congelar Painéis permite manter linhas ou colunas visíveis durante a rolagem da planilha.

24. Assinale a alternativa correta acerca de conceitos relacionados a redes de computadores e Internet.

- a) O protocolo TCP é responsável por realizar controle de entrega e confiabilidade na transmissão de dados em redes TCP/IP.
- b) O endereço IP tem como única finalidade identificar páginas HTML em navegadores web.
- c) A Internet é uma rede privada restrita exclusivamente a instituições governamentais.
- d) O protocolo HTTP é utilizado para endereçamento físico de placas de rede em ambientes locais.
- e) Redes locais dispensam utilização de equipamentos de comunicação, como switches e roteadores.

25. Assinale a alternativa correta sobre princípios e boas práticas de segurança da informação.

- a) O princípio da disponibilidade tem como objetivo impedir qualquer forma de compartilhamento de informações entre usuários autorizados.
- b) Ataques de phishing dependem exclusivamente da exploração física de componentes de hardware.
- c) O uso de senhas complexas elimina completamente a necessidade de autenticação multifator.
- d) A realização periódica de backups contribui para recuperação de dados em casos de falhas, ataques ou incidentes de segurança.
- e) O princípio da confidencialidade garante que os dados jamais possam ser alterados por usuários autorizados.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA

Lilian Novakoski

26. O acesso à justiça pode ser compreendido como o acesso de fato e de direito a instâncias e recursos judiciais de proteção frente a atos de violência em conformidade com os parâmetros internacionais de direitos humanos. A respeito da efetividade da prestação jurisdicional e do acesso à justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O acesso à justiça restringe-se ao direito de ingressar em juízo.
- b) A duração razoável do processo constitui garantia constitucional relacionada à efetividade da tutela jurisdicional.
- c) A efetividade da prestação jurisdicional depende exclusivamente da atuação das partes processuais.
- d) O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede totalmente o uso de meios consensuais de resolução de conflitos.
- e) O acesso à justiça beneficia apenas pessoas economicamente hipossuficientes.

27. Em relação ao princípio da igualdade e à proteção de grupos vulneráveis, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da igualdade impede a adoção de políticas públicas diferenciadas destinadas a grupos vulneráveis.
- b) A igualdade material exige que todas as pessoas sejam tratadas exatamente da mesma maneira, independentemente de suas condições concretas.
- c) A proteção de grupos vulneráveis decorre da busca pela igualdade material.
- d) A vedação à discriminação aplica-se apenas às relações entre Estado e indivíduo.
- e) Pessoas em situação de vulnerabilidade possuem proteção exclusivamente assistencial no ordenamento brasileiro.

28. Considerando os direitos fundamentais e a proteção constitucional da dignidade da pessoa humana, assinale a alternativa correta.

- a) Os direitos fundamentais previstos na Constituição possuem caráter absoluto.
- b) A dignidade da pessoa humana afasta completamente a possibilidade de restrição de direitos individuais.
- c) Os direitos fundamentais devem ser interpretados de forma restritiva, em razão da supremacia do interesse público.
- d) A proteção da dignidade da pessoa humana exige interpretação constitucional voltada à máxima efetividade dos direitos fundamentais, pautados na ideia de que os direitos humanos são indivisíveis decorre do reconhecimento de que possuem a mesma proteção jurídica, sendo essenciais para uma vida digna.
- e) O princípio da dignidade da pessoa humana possui aplicação exclusiva no âmbito do direito penal.

29. Sobre os princípios e fundamentos dos direitos humanos, definidos como aqueles direitos que nos pertencem pelo simples fato de sermos humanos, pois são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos, assinale a alternativa correta:

- a) A dignidade da pessoa humana possui natureza exclusivamente moral, sem eficácia jurídica direta no ordenamento brasileiro.
- b) O princípio da universalidade dos direitos humanos impede a existência de tratamentos diferenciados para grupos vulneráveis.
- c) A indivisibilidade dos direitos humanos significa que direitos civis e políticos possuem maior relevância que direitos sociais.
- d) A dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil e orienta a interpretação dos direitos fundamentais.

e) A universalidade dos direitos humanos admite restrições arbitrárias impostas pelos Estados em razão da soberania nacional.

30. Acerca da incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Todo tratado internacional de direitos humanos possui automaticamente status de norma constitucional.
- b) Tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional em rito ordinário possuem status de lei complementar.
- c) Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, equivalem às emendas constitucionais.
- d) Tratados internacionais jamais podem ser utilizados como parâmetro de controle de constitucionalidade.
- e) A incorporação de tratados internacionais depende exclusivamente de decisão do Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Stefan Fantini*

31. As funções administrativas representam etapas fundamentais do processo organizacional. Entre elas, o planejamento possui papel essencial na definição dos rumos da organização. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma atividade típica da função planejamento.

- a) Realizar a divisão do trabalho e a atribuição de responsabilidades.
- b) Estabelecimento de objetivos e definição de meios (traçar as estratégias) para o alcance de objetivos.
- c) Estabelecimento de meios e de recursos necessários para o alcance do objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Condução de trabalhos para que seja colocado em prática aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitoramento de atividades e realização de correções necessárias.

32. Em uma organização privada, determinado diretor dedica boa parte de sua rotina a buscar novas possibilidades de atuação, propor melhorias e identificar oportunidades que possam favorecer o crescimento do negócio. Nessa situação, segundo os papéis do administrador, ele está exercendo predominantemente o papel:

- a) interpessoal, de negociador.
- b) decisório, de negociador.
- c) interpessoal, de empreendedor.
- d) decisório, de empreendedor.
- e) decisório, de alocador de recursos.

33. Em uma organização, a alta administração é responsável por definir os grandes rumos institucionais, considerando a entidade em sua totalidade e estabelecendo diretrizes voltadas ao futuro, com foco no longo prazo. Esse tipo de planejamento é denominado:

- a) planejamento intermediário
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento estratégico
- e) planejamento gerencial

34. Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ-SC).

“Promover a solução de conflitos com efetividade.”

“Ser reconhecida cada vez mais como uma organização confiável, funcional e inovadora.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão e a missão do TJ-SC.
- b) a missão e os valores do TJ-SC.
- c) a missão e a visão do TJ-SC.
- d) a visão e os valores do TJ-SC.
- e) os valores e a visão do TJ-SC.

35. Ao realizar uma análise SWOT, uma organização constatou que parte significativa de suas unidades apresenta servidores pouco capacitados para as atividades desempenhadas e utiliza equipamentos tecnologicamente defasados. No mesmo diagnóstico, verificou-se que um concorrente relevante deixou de atuar no mercado.

Considerando a lógica da análise SWOT, esses dois elementos representam, respectivamente:

- a) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- b) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

36. No Balanced Scorecard (BSC), os objetivos estratégicos são organizados em quatro perspectivas, que são:

- a) Funcionários, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.
- b) Financeira, Cliente, Processos Externos e Aprendizado e Crescimento.
- c) Financeira, Funcionários, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.
- d) Financeira, Cliente, Processos Internos e Stakeholders.
- e) Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

37. Uma empresa estruturou suas unidades internas a partir das principais especialidades organizacionais, criando áreas como produção, recursos humanos, finanças e marketing. Nesse caso, o critério de departamentalização utilizado foi o:

- a) por clientes
- b) funcional
- c) geográfica
- d) matricial
- e) por processos

38. Nos estudos clássicos sobre estilos de liderança, White e Lippitt analisaram três formas principais de atuação do líder: autocrática, democrática e liberal. Em uma dessas formas, o líder concentra as decisões, define sozinho as diretrizes e impõe ordens, sem qualquer participação do grupo.

Esse estilo de liderança é denominado:

- a) Liderança Pactuada
- b) Liderança Cesarista
- c) Liderança Autocrática
- d) Liderança Liberal
- e) Liderança Democrática

39. De acordo com a hierarquia das necessidades proposta por Maslow, depois de atendidas as necessidades primárias, a necessidade imediatamente seguinte é a:

- a) de autorrealização
- b) de segurança
- c) fisiológica
- d) de estima
- e) social

40. Suponha que o TJ-SC tenha analisado, em 2024, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2025, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2024 para 2025, o TJ-SC foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

41. Na classificação dos processos organizacionais, aqueles que entregam valor diretamente ao cliente são denominados:

- a) de apoio
- b) secundários
- c) de suporte
- d) primários
- e) gerenciais

42. Em determinada organização, a área de qualidade pretende identificar quais poucos fatores são responsáveis pela maior parte dos problemas observados em um processo. Para isso, utilizará uma ferramenta baseada na lógica de que uma pequena parcela das causas costuma gerar a maior parte dos efeitos.

Essa ferramenta é conhecida como:

- a) Fluxograma
- b) Ciclo PDCA
- c) Diagrama de Ishikawa
- d) Histograma
- e) Diagrama de Pareto

GESTÃO DE PESSOAS E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Douglas Schneider

43. O Tribunal de Justiça de determinado estado aprovou seu novo Plano Estratégico Institucional. Nesse contexto, a Diretoria de Gestão de Pessoas passou a integrar comitês de planejamento, a propor indicadores vinculados aos objetivos estratégicos e a desenhar políticas de pessoas alinhadas às metas institucionais. Considerando os papéis da área de gestão de pessoas no modelo de Ulrich, a atuação descrita corresponde, predominantemente, ao papel de:

- a) Parceiro administrativo, voltado à racionalização de rotinas e à eficiência operacional da área de pessoas.
- b) Defensor dos colaboradores (*employee champion*), voltado à representação das demandas dos servidores e ao suporte às necessidades individuais.
- c) Agente de mudança, voltado à gestão de transições culturais e à condução de resistências internas.
- d) Parceiro estratégico (*strategic partner*), voltado ao alinhamento das políticas e práticas de pessoas aos objetivos institucionais.
- e) Especialista funcional, voltado à execução de rotinas operacionais, como folha, recrutamento e treinamento.

44. Uma autarquia federal, para preencher cargos de chefia de divisão e coordenação de projetos, instituiu processo seletivo aberto exclusivamente a servidores efetivos, com avaliação curricular, entrevista por competências e análise do desempenho histórico. Considerando as fontes de recrutamento, a estratégia adotada é, predominantemente, de recrutamento:

- a) Misto, por combinar fontes internas e externas.
- b) Interno, por restringir a participação a servidores do próprio quadro.
- c) Externo, por exigir avaliação curricular e entrevista por competências.
- d) Online, em virtude de mecanismos eletrônicos de avaliação.
- e) Por indicação, em razão do conhecimento prévio da instituição.

45. A Diretoria de Gestão de Pessoas de um tribunal acompanha mensalmente o número total de dias de ausência não justificada dos servidores em relação ao total de dias úteis do período. O resultado é comparado a séries históricas e a parâmetros de outros órgãos, subsidiando ações de clima e qualidade de vida no trabalho. O indicador descrito é tipicamente conhecido como índice de:

- a) Absenteísmo, que mensura ausências ao trabalho em relação ao tempo previsto de jornada.
- b) Rotatividade (turnover), que mensura entradas e saídas de pessoal em determinado período.
- c) Presenteísmo, que mensura presença com redução de produtividade por condições de saúde ou desengajamento.
- d) Engajamento, que mensura o vínculo atitudinal do colaborador com o trabalho e a organização.
- e) Adesão a treinamentos, que mensura participação em ações de capacitação no período.

46. Após a conclusão de um programa de capacitação em gestão de projetos, a área de desenvolvimento aplicou pesquisa de satisfação dos participantes sobre instrutor, material e infraestrutura. Em seguida, aplicou prova para verificar domínio de conteúdos, observou em campo o uso das ferramentas nas rotinas e, ao final do ciclo, analisou o impacto na redução do tempo de tramitação de projetos institucionais. As etapas descritas correspondem, na ordem, aos níveis do modelo de Kirkpatrick:

- a) Aprendizagem, reação, comportamento e resultados.
- b) Reação, comportamento, aprendizagem e resultados.
- c) Reação, aprendizagem, comportamento e resultados.
- d) Reação, resultados, comportamento e aprendizagem.
- e) Aprendizagem, comportamento, reação e resultados.

47. Em um órgão público, a chefia, os pares, os subordinados e o próprio servidor avaliado preenchem instrumentos sobre desempenho, considerando entregas, competências e comportamentos. Os resultados são consolidados pela área de gestão de pessoas, devolvidos individualmente em sessão de feedback e utilizados para subsidiar planos de desenvolvimento individual. O método descrito é conhecido como:

- a) Escalas gráficas, em que um avaliador atribui graus em fatores predefinidos.
- b) Escolha forçada, em que o avaliador opta entre blocos de afirmações.
- c) Incidentes críticos, em que se registram fatos positivos e negativos relevantes.
- d) Pesquisa de campo, em que um especialista entrevista o gestor sobre o desempenho do subordinado.
- e) Avaliação 360 graus, em que múltiplas fontes relacionadas ao avaliado participam da avaliação.

48. Em uma instituição pública, vestimentas, disposição das salas, vocabulário em reuniões e ritos de posse evidenciam aspectos visíveis da cultura organizacional. Já justificativas recorrentes com base em princípios e valores declarados orientam comportamentos sem estarem sempre formalizados em normas. Por fim, há concepções profundas, em grande parte inconscientes, sobre o papel do servidor e a relação com o cidadão. Conforme o modelo de Edgar Schein, os três conjuntos descritos correspondem, respectivamente, a:

- a) Valores compartilhados, artefatos e pressupostos básicos.
- b) Artefatos, valores compartilhados e pressupostos básicos.
- c) Pressupostos básicos, valores compartilhados e artefatos.
- d) Artefatos, pressupostos básicos e valores compartilhados.
- e) Valores compartilhados, pressupostos básicos e artefatos.

49. Uma servidora pública relata que aumento salarial e melhoria das condições de trabalho reduziram seu desconforto, mas não geraram maior entusiasmo com o trabalho. Em contrapartida, reconhecimento por entregas de qualidade, oportunidade de assumir projetos desafiadores e sentimento de realização profissional elevaram sua motivação. À luz da teoria dos dois fatores de Herzberg, é correto afirmar que:

- a) Salário e condições de trabalho são fatores motivacionais, enquanto reconhecimento é fator higiênico.
- b) Reconhecimento e realização são fatores higiênicos, destinados apenas a prevenir insatisfação.
- c) Fatores higiênicos e motivacionais operam em um único contínuo, e os motivacionais eliminam a insatisfação.

- d) Fatores higiênicos reduzem insatisfação, mas não geram motivação, enquanto fatores motivacionais elevam motivação e satisfação.
- e) Salário, reconhecimento e condições de trabalho são fatores motivacionais indistintos responsáveis por satisfação.

50. Um grupo foi formado para conduzir o projeto de implantação de ferramenta de gestão eletrônica de documentos. No início, houve foco em conhecer o objetivo e os membros. Em seguida, surgiram divergências sobre métodos e disputas por liderança. Depois, o grupo passou a operar com regras estabelecidas e clima cooperativo. Por fim, apresentou alto rendimento e foco em resultados. Conforme o modelo de Tuckman, as fases descritas, na ordem, correspondem a:

- a) Formação, conflito, normalização e desempenho.
- b) Formação, normalização, conflito e desempenho.
- c) Conflito, formação, desempenho e normalização.
- d) Desempenho, conflito, formação e normalização.
- e) Normalização, formação, desempenho e conflito.

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA

Ricardo Campanário

51. O principal objetivo da moderna gestão de materiais em uma organização pública ou privada é:

- a) Manter o maior nível de estoque possível para evitar qualquer risco de falta.
- b) Maximizar o capital imobilizado em mercadorias para garantir a valorização do patrimônio.
- c) Garantir o suprimento de materiais na quantidade certa e no momento correto, ao menor custo possível.
- d) Eliminar completamente a necessidade de indicadores de desempenho logístico.
- e) Centralizar a gestão exclusivamente na etapa de descarte de materiais inservíveis.

52. Na análise da Curva ABC, os itens classificados como "Classe B" são aqueles que:

- a) Representam a maior parte do valor financeiro do estoque, exigindo controle rigoroso.
- b) São itens de importância intermediária, representando cerca de 30% do total de itens.
- c) Possuem baixo valor monetário e representam cerca de 80% da quantidade física em estoque.
- d) São considerados vitais e não podem faltar em hipótese alguma (criticidade Z).
- e) Devem ser comprados sempre em grandes lotes para reduzir o custo de pedido.

53. O "Estoque de Segurança" (ou estoque mínimo) é definido como a quantidade de material que:

- a) Deve ser consumida imediatamente assim que o pedido do fornecedor chega.
- b) Representa o limite máximo que o almoxarifado consegue comportar fisicamente.
- c) Visa proteger a operação contra variações na demanda e atrasos no tempo de reposição.
- d) É calculada dividindo o estoque máximo pelo giro de estoque anual.
- e) Deve ser mantida em zero para empresas que seguem o modelo de compras especulativas.

54. Se uma empresa possui um consumo anual de R\$ 600.000,00 e mantém um estoque médio de R\$ 50.000,00, qual é o seu Giro de Estoque e o que ele significa?

- a) 0,08 vezes; significa que o estoque é renovado muito lentamente.
- b) 1,2 vezes; significa que o capital retorna mensalmente.
- c) 12 vezes; significa que o estoque se renova, em média, uma vez por mês.
- d) 30 vezes; significa que a empresa possui excesso de materiais parados.

e) 60 vezes; significa que a empresa não possui controle sobre suas saídas.

55. O Ponto de Pedido (PP) é o nível de estoque que, ao ser atingido, sinaliza a necessidade de emissão de uma nova compra. Para calculá-lo, deve-se considerar:

- a) Apenas o custo de armazenagem e o custo do produto.
- b) O consumo médio diário multiplicado pelo tempo de reposição, somado ao estoque de segurança.
- c) O lote econômico de compra dividido pelo número de pedidos anuais.
- d) A diferença entre o estoque máximo e o estoque médio.
- e) A multiplicação do giro de estoque pelo custo de manutenção.

56. O modelo do Lote Econômico de Compra (LEC) busca o equilíbrio matemático para minimizar o Custo Total de estoque. Esse equilíbrio ocorre quando:

- a) O custo de pedido é o mais alto possível.
- b) O custo de manutenção de estoque é reduzido a zero.
- c) O custo de pedido iguala-se ao custo de manutenção (armazenagem).
- d) A empresa compra a maior quantidade possível para ganhar desconto por volume.
- e) O tempo de reposição do fornecedor é reduzido à metade.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

57. No debate sobre implementação de políticas públicas, a distinção entre as abordagens top-down e bottom-up está entre os pontos centrais da literatura especializada. Enquanto uma enfatiza a autoridade decisória dos formuladores centrais, a outra atribui especial relevância aos agentes encarregados da execução concreta da política.

Nesse contexto, a principal diferença entre esses dois modelos reside:

- a) na existência, ou não, de planejamento formal da ação governamental.
- b) no peso atribuído à burocracia e aos implementadores no processo de execução.
- c) na presença, ou não, de decisão política prévia à implementação.
- d) na eliminação dos conflitos institucionais ao longo da execução.
- e) no foco exclusivo sobre os resultados obtidos ao final da política.

58. A tipologia proposta por Theodore Lowi classifica as políticas públicas conforme a natureza dos impactos que produzem e o tipo de disputa política que tendem a gerar. Entre essas categorias, as políticas redistributivas costumam despertar conflitos mais intensos, na medida em que envolvem realocação de recursos e redefinição de vantagens entre grupos sociais.

Assinale a afirmativa que caracteriza corretamente as políticas redistributivas.

- a) Produzem benefícios amplamente dispersos e impõem custos pouco perceptíveis ao conjunto da sociedade.
- b) Tendem a gerar baixo conflito político, pois seus efeitos recaem indistintamente sobre todos os grupos.
- c) Têm como núcleo principal a definição das regras institucionais do jogo político-administrativo.

d) Voltam-se prioritariamente à regulação de comportamentos sociais e econômicos mediante restrições normativas.

e) Envolvem transferência de recursos, vantagens ou oportunidades entre grupos sociais, o que acentua o conflito político.

59. Os conceitos de governabilidade e governança, embora relacionados, não se confundem. Ambos são amplamente utilizados na análise da capacidade estatal, mas partem de perspectivas distintas: uma mais ligada às condições políticas de exercício do poder, outra mais associada à coordenação, direção e articulação da ação pública.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Governabilidade refere-se, principalmente, à capacidade técnica e administrativa de implementação de políticas públicas.
- b) Governança está relacionada, de modo central, à legitimidade político-eleitoral para o exercício do poder estatal.
- c) Governabilidade diz respeito às condições políticas que permitem ao governo exercer autoridade e implementar sua agenda.
- d) Governança refere-se exclusivamente à estrutura formal do Estado e aos seus órgãos permanentes.
- e) Governabilidade e governança são expressões equivalentes, utilizadas indistintamente pela doutrina contemporânea.

60. O conceito de accountability envolve mecanismos de controle, fiscalização e responsabilização dos agentes públicos. Uma de suas formas clássicas é a chamada accountability horizontal, que opera no interior da própria estrutura estatal, por meio da atuação recíproca de órgãos e instituições dotados de competências de controle.

Assinale a afirmativa que expressa corretamente essa modalidade de accountability.

- a) Controle exercido diretamente pela população, sobretudo por meio do voto e da renovação periódica dos mandatos.
- b) Fiscalização exercida por órgãos e poderes estatais uns sobre os outros, no âmbito da ordem institucional.
- c) Atuação de organizações não governamentais e movimentos sociais na vigilância das ações do poder público.
- d) Controle informal realizado pelos meios de comunicação e pela opinião pública.
- e) Participação popular em conselhos, audiências e demais instâncias de deliberação social.

61. Em determinado país, práticas administrativas revelam nítida apropriação privada da máquina estatal: autoridades tratam os bens públicos como se integrassem seu patrimônio pessoal, cargos estratégicos são preenchidos com base em vínculos de parentesco, e decisões são tomadas a partir de relações pessoais, em prejuízo da impessoalidade administrativa.

Esse cenário é característico, predominantemente, do modelo:

- a) burocrático, em razão da fragilidade das rotinas formais de controle.
- b) gerencial, em razão da flexibilidade decisória atribuída aos governantes.
- c) patrimonialista, em razão da confusão entre a esfera pública e a esfera privada.
- d) burocrático, em razão da concentração de poder na autoridade superior.

e) gerencial, em razão da prevalência de critérios discricionários de gestão.

62. A chamada Nova Gestão Pública surgiu como reação às limitações do modelo burocrático clássico, especialmente à excessiva ênfase nos procedimentos e ao baixo grau de flexibilidade gerencial. Entre suas marcas distintivas, está a valorização do desempenho e da responsabilização por resultados.

Nesse contexto, uma mudança típica da Nova Gestão Pública em relação ao modelo burocrático foi:

- a) a eliminação da meritocracia, substituída por mecanismos de confiança política.
- b) a substituição do controle de resultados por formas mais rígidas de controle de processos.
- c) a ampliação do controle prévio como eixo central da administração pública.
- d) a ênfase no controle posterior dos resultados, em lugar da centralidade exclusiva dos meios e procedimentos.
- e) o retorno à lógica patrimonialista, com ampliação da pessoalidade na gestão.

63. Embora a administração gerencial tenha introduzido mudanças relevantes na forma de atuação do Estado, a doutrina destaca que ela não implicou abandono integral da tradição burocrática. Ao contrário, vários elementos desta continuaram sendo considerados necessários à preservação da profissionalização e da impessoalidade administrativa.

Por essa razão, é correto afirmar que a administração gerencial não representa ruptura completa com a burocracia porque:

- a) rejeita integralmente os fundamentos burocráticos, substituindo-os por flexibilidade plena.
- b) preserva elementos como profissionalização, mérito e estruturação de carreiras no serviço público.
- c) retoma práticas patrimonialistas, sobretudo na nomeação de agentes públicos de confiança.
- d) elimina a ideia de corpo técnico permanente, substituindo-a por vínculos instáveis de gestão.
- e) substitui o predomínio das normas por relações pessoais e negociações informais.

64. A gestão por resultados consolidou-se como uma abordagem voltada a fortalecer a capacidade do Estado de gerar efeitos concretos e socialmente relevantes, deslocando o foco da simples conformidade procedimental para o desempenho das políticas, programas e ações governamentais.

Nessa perspectiva, a finalidade principal da gestão por resultados consiste em:

- a) ampliar a arrecadação tributária como objetivo central da atuação estatal.
- b) reduzir a presença do Estado na economia e nas políticas sociais.
- c) maximizar o valor público produzido a partir das ações governamentais.
- d) substituir integralmente o planejamento estratégico por instrumentos operacionais.

e) dispensar a atuação dos órgãos de controle interno em favor da autonomia administrativa.

65. A implementação consistente da gestão por resultados exige mudanças nos mecanismos de planejamento, acompanhamento e avaliação do desempenho estatal. Não se trata apenas de redefinir prioridades, mas de criar condições para que o desempenho possa ser efetivamente monitorado e comparado.

Nesse sentido, constitui requisito necessário à gestão por resultados:

- a) a definição de metas e indicadores passíveis de mensuração e acompanhamento.
- b) a centralização do controle sobre os processos, independentemente dos efeitos gerados.
- c) a eliminação dos indicadores de desempenho, a fim de ampliar a discricionariedade gerencial.
- d) a concentração das decisões estratégicas em instâncias hierárquicas superiores, sem delegação.
- e) a redução da transparência administrativa, para preservar a flexibilidade decisória dos gestores.

66. Na lógica da gestão pública orientada para resultados, a ampliação da autonomia gerencial não é concebida como liberdade desvinculada de compromissos institucionais. Ao contrário, maior margem de decisão tende a vir acompanhada de mecanismos de monitoramento e de responsabilização pelo desempenho alcançado.

Assim, a maior autonomia conferida aos gestores públicos deve ser acompanhada de:

- a) ausência de controle formal, em nome da flexibilidade administrativa.
- b) redução do grau de exigência quanto às metas inicialmente pactuadas.
- c) responsabilização pelos resultados obtidos no exercício da gestão.
- d) supressão dos instrumentos de planejamento, em razão da autonomia decisória.
- e) substituição dos mecanismos de avaliação por controles exclusivamente políticos.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

67. Em um seminário de capacitação sobre orçamento público, servidores de determinado Tribunal discutiram a função contemporânea da lei orçamentária diante das mudanças constitucionais recentes, da maior transparência fiscal e da ampliação dos mecanismos de controle da execução orçamentária. Um dos participantes afirmou que o orçamento não deve ser compreendido apenas como peça contábil ou administrativa, mas como instrumento de planejamento, decisão política, controle democrático e gestão responsável dos recursos públicos.

Considerando os princípios orçamentários, a Constituição Federal de 1988 e a legislação de finanças públicas, assinale a afirmativa correta.

- a) O princípio da anualidade impede que programas governamentais previstos no Plano Plurianual tenham execução continuada em mais de um exercício financeiro.
- b) A lei orçamentária possui natureza exclusivamente contábil, razão pela qual não se submete a controle político quanto às escolhas públicas nela refletidas.
- c) A vinculação de receitas de impostos constitui técnica ordinária e amplamente admitida de gestão orçamentária, podendo ser livremente instituída por lei ordinária.
- d) O orçamento público expressa escolhas alocativas democráticas, integra o sistema de planejamento estatal e está sujeito a controles político, técnico, jurídico e social.
- e) O controle orçamentário restringe-se à verificação da compatibilidade formal da LOA com o procedimento legislativo, sendo irrelevante a análise de execução, resultados e transparência fiscal.

68. No âmbito do ciclo orçamentário de determinado Estado, o Governador encaminhou à Assembleia Legislativa os projetos relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Durante a tramitação, parlamentares discutiram os limites ao poder de emenda, a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e os anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a afirmativa correta.

- a) Se o Poder Executivo estadual não encaminhar a proposta orçamentária no prazo previsto, o Poder Legislativo poderá elaborar integralmente novo projeto de lei orçamentária, sem tomar como referência a proposta orçamentária vigente.
- b) As emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária podem indicar, como fonte de recursos, a anulação de dotações destinadas ao serviço da dívida, desde que haja justificativa de interesse público e compatibilidade com a LDO.
- c) A Lei Orçamentária Anual, por possuir vigência restrita ao exercício financeiro, dispensa compatibilidade com o Plano Plurianual, bastando que estime receitas e fixe despesas em equilíbrio formal.
- d) A sessão legislativa pode ser interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, desde que o projeto de lei orçamentária anual já tenha sido encaminhado pelo Poder Executivo.
- e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhada de Anexo de Metas Fiscais, com metas anuais em valores correntes e constantes para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e de Anexo de Riscos Fiscais, com avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

69. Um município pretende diversificar suas fontes de financiamento, combinando receitas de sua competência tributária, transferências constitucionais e rendas decorrentes da exploração de seu patrimônio. No planejamento orçamentário, a equipe técnica avaliou receitas provenientes de aluguéis de imóveis públicos, dividendos de participação societária, alienação de bens, cota-parte do ICMS, Fundo de Participação dos Municípios e cobrança de dívida ativa.

Considerando a classificação das receitas públicas segundo a Lei nº 4.320/1964, o MCASP 11ª edição e a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A alienação de imóvel público municipal, em regra, gera receita de capital, por decorrer da conversão de um bem patrimonial em recurso financeiro.
- b) As receitas provenientes de aluguéis de imóveis públicos, arrendamentos e dividendos de participações societárias classificam-se como receitas de capital, por decorrerem da exploração do patrimônio público.
- c) O Fundo de Participação dos Municípios constitui transferência corrente recebida pelos municípios e decorre da repartição constitucional de receitas tributárias arrecadadas pela União.
- d) A cota-parte municipal do ICMS constitui transferência corrente recebida dos Estados, decorrente da repartição constitucional da arrecadação estadual.
- e) A dívida ativa pode representar fonte de receita própria municipal, compreendendo créditos vencidos e regularmente inscritos, de natureza tributária ou não tributária.

70. No processo de revisão do modelo de elaboração orçamentária de um ente estadual, a equipe técnica comparou diferentes técnicas orçamentárias, buscando distinguir o orçamento tradicional, o orçamento de desempenho, o orçamento-programa, o orçamento-base zero e o orçamento participativo.

A partir da doutrina de finanças públicas e da evolução dos modelos orçamentários, avalie as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

- () O orçamento tradicional concentra-se nos meios e nos objetos de gasto, tendo caráter incremental e forte preocupação com o controle formal e contábil da despesa.
- () O orçamento de desempenho busca relacionar os recursos empregados aos produtos e serviços gerados, mas não se confunde integralmente com o orçamento-programa, que enfatiza a integração entre planejamento, programas, objetivos e metas.
- () O orçamento-base zero parte da premissa de continuidade automática das dotações anteriores, promovendo apenas acréscimos marginais sobre a despesa executada no exercício precedente.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F – V – F
- b) V – F – V
- c) V – V – F
- d) F – F – V
- e) V – V – V

71. No exercício de suas atribuições, um Analista Legislativo examina projeto de lei que cria um benefício assistencial permanente, com pagamento mensal a determinado grupo de cidadãos. A proposta aumenta despesa obrigatória de caráter continuado, mas foi encaminhada sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que deva entrar em vigor e para os dois seguintes, sem demonstração da origem dos recursos para seu custeio e sem comprovação de compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA.

À luz da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e das normas gerais de finanças públicas, a inconsistência apontada compromete diretamente o princípio da(o)

- a) anualidade.
- b) universalidade.
- c) equilíbrio orçamentário e da responsabilidade fiscal.
- d) unidade orçamentária.
- e) publicidade.

72. No âmbito do ciclo orçamentário estadual, o Governador encaminhou à Assembleia Legislativa os projetos do PPA, da LDO e da LOA. Durante a tramitação, surgiram dúvidas sobre a iniciativa das leis orçamentárias, os limites às emendas parlamentares, a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e os anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a afirmativa correta.

- a) Se o Governador não encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual no prazo constitucional, a Assembleia Legislativa poderá elaborar livremente nova proposta orçamentária, substituindo integralmente a iniciativa do Poder Executivo.
- b) As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual podem ser aprovadas com indicação de recursos oriundos da anulação de dotações destinadas a

pessoal e encargos sociais, desde que preservado o equilíbrio global do orçamento.

- c) A Assembleia Legislativa poderá encerrar a sessão legislativa sem aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, desde que já tenha iniciado a discussão do projeto de Lei Orçamentária Anual.
- d) A Lei Orçamentária Anual, por ter vigência restrita ao exercício financeiro, não precisa guardar compatibilidade com o Plano Plurianual, bastando observar a estimativa de receita e a fixação da despesa.
- e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhada de Anexo de Metas Fiscais, com metas anuais em valores correntes e constantes para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e de Anexo de Riscos Fiscais, no qual são avaliados passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

73. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual de determinado Estado, a Secretaria de Planejamento identificou a necessidade de ajustar dotações inicialmente insuficientes, criar dotação para nova ação não prevista na LOA e atender despesas urgentes decorrentes de situação imprevisível. A equipe técnica passou, então, a examinar o regime jurídico dos créditos adicionais, suas fontes de abertura e sua vigência.

Considerando a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320/1964 e as normas gerais de Direito Financeiro, assinale a afirmativa correta.

- a) Os créditos suplementares e especiais destinam-se ao reforço de dotações já existentes na LOA, podendo ambos ser abertos diretamente por decreto do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa.
- b) O superávit financeiro utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada em balanço patrimonial do exercício anterior, conjugando-se os saldos de créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- c) Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro poderão ser reabertos no exercício seguinte, nos limites de seus saldos, sendo incorporados ao orçamento do exercício subsequente.
- d) Os créditos extraordinários destinam-se a despesas previsíveis, mas insuficientemente dotadas, exigindo prévia autorização legislativa específica e indicação obrigatória de recursos disponíveis.
- e) A abertura de crédito suplementar com base em excesso de arrecadação dispensa autorização legislativa, desde que o decreto de abertura demonstre a tendência positiva da receita no exercício.

74. Durante o encerramento do exercício, uma autarquia estadual identificou o ingresso de recursos classificados, quanto à categoria econômica, como receitas de capital, no montante

de R\$ 350.000. Ao analisar a origem do ingresso, a equipe contábil verificou que ele não decorria da prestação de serviços, da exploração patrimonial ordinária nem de receita industrial.

Nesse caso, a receita pode se referir a

- a) operações de crédito.
- b) taxas pelo exercício do poder de polícia.
- c) prestação de serviços administrativos.
- d) receita patrimonial.
- e) receita agropecuária.

75. Ao examinar uma dotação constante da Lei Orçamentária Anual, um analista verificou que a despesa estava associada:

- (i) à Secretaria Estadual de Saúde e ao respectivo fundo estadual como responsáveis pela execução; e
- (ii) à área de atuação governamental “Saúde”, especificamente à subfunção “Atenção Básica”.

Considerando as classificações da despesa pública utilizadas no orçamento, assinale a afirmativa correta.

- a) A identificação da Secretaria e do fundo estadual corresponde à classificação funcional, enquanto a indicação da função Saúde e da subfunção Atenção Básica corresponde à classificação programática.
- b) A identificação do órgão e da unidade orçamentária corresponde à classificação econômica, enquanto a indicação da área de atuação governamental corresponde à classificação institucional.
- c) A função e a subfunção indicam a classificação institucional, enquanto o órgão responsável pela execução indica a classificação funcional.
- d) A Secretaria e o fundo estadual correspondem à classificação institucional, enquanto a função Saúde e a subfunção Atenção Básica correspondem à classificação funcional.
- e) As classificações institucional, funcional e econômica são equivalentes, pois todas indicam o órgão responsável pela despesa.

76. Ao elaborar as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2026, a contabilidade de determinado município constatou que parte dos créditos adicionais abertos no exercício foi financiada por superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025. Embora tais recursos tenham permitido o aumento da autorização para realização de despesas, eles não constituíram receita arrecadada no exercício corrente.

Nessa situação, o Balanço Orçamentário poderá evidenciar aparente desequilíbrio entre

- a) as despesas liquidadas e a dotação inicial.
- b) as receitas realizadas e a previsão inicial da receita.
- c) as despesas empenhadas e as despesas pagas.
- d) a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa.
- e) as despesas liquidadas e os restos a pagar processados.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

77. Em um seminário sobre governança no setor público, um Analista Administrativo do TJ-SC explicou o funcionamento de três frentes de controle sobre as ações do Estado. A primeira referia-se ao controle entre os Poderes e instituições estatais independentes. A segunda tratava do poder de sanção exercido pelo cidadão e a terceira envolvia a atuação contínua dos sindicatos, que expunham erros governamentais. Segundo a literatura clássica sobre o tema, as três frentes descritas correspondem, respectivamente, aos conceitos de *accountability*:

- a) horizontal, vertical e societal.
- b) vertical, horizontal e societal.
- c) institucional, eleitoral e transversal.
- d) horizontal, societal e diagonal.
- e) transversal, vertical e diagonal.

78. João, cidadão catarinense, protocolou um pedido de acesso à informação no portal do TJ-SC, solicitando os dados analíticos e individualizados de remuneração (nome e salário) de um determinado magistrado. O setor responsável negou o pedido sob a justificativa de que a informação estava protegida pelo direito constitucional à intimidade e à vida privada, configurando "dado pessoal", mas recomendou que João consultasse a tabela de remuneração agregada por cargo, disponível no Portal da Transparência. Com base na Lei nº 12.527/2011 e na consolidada jurisprudência do STF sobre a publicidade na Administração Pública, a conduta do setor responsável foi:

- a) correta, pois a remuneração individualizada constitui dado pessoal protegido pela inviolabilidade da intimidade.
- b) incorreta, pois a remuneração de servidores e agentes públicos, atrelada ao nome, deve ser divulgada de forma individualizada.
- c) correta, uma vez que a solicitação exige o fornecimento de informações que já estão disponíveis, o que desobriga o órgão público de fornecer dados.
- d) incorreta, porque embora o sigilo recaia sobre o dado pessoal, a LAI obriga o órgão a fornecer a informação mediante a assinatura de um termo de confidencialidade pelo requerente.
- e) correta, pois a divulgação de tabelas salariais exime o ente público de responder a pedidos de transparência passiva sobre o mesmo tema.

79. O Município "Alfa" não disponibilizou em tempo real, na internet, informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira e, imediatamente, um grupo de conselheiros municipais e o Ministério Público Estadual interpelaram o prefeito acerca de tal situação. De acordo com as sanções institucionais previstas especificamente pela Lei Complementar nº 131/2009, o descumprimento das referidas obrigações acarreta para o ente federativo infrator:

- a) o bloqueio imediato do repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- b) o impedimento de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito.
- c) a decretação de intervenção estadual no município, mediante representação do respectivo Tribunal de Contas.
- d) a nulidade de todos os contratos administrativos firmados pelo município durante o período de ocultação da execução orçamentária.
- e) a assunção temporária da ordenação de despesas pelo controle interno até o restabelecimento das condições de transparência.

80. Durante o processo de aquisição de novos equipamentos de informática para as comarcas de um tribunal, a auditoria do órgão verificou minuciosamente os editais de licitação antes de suas publicações, objetivando evitar sobrepreços e cláusulas restritivas à competitividade. Após dois anos da execução contratual e da entrega dos bens, o Tribunal de Contas respectivo avaliou a regularidade dos atos daquela gestão e das despesas efetuadas. Considerando os mecanismos de fiscalização e controle da Administração Pública, a atuação da auditoria e da atuação do Tribunal de Contas configuram, respectivamente:

- a) controle interno prévio e controle externo subsequente.
- b) controle externo preventivo e controle interno repressivo.

- c) controle interno concomitante e controle externo corretivo.
- d) controle administrativo concomitante e controle social a priori.
- e) controle prévio de mérito e controle subsequente de legalidade.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
